

PROCESSO: 011.035/2022 **RECURSOS:**
0150. 015010.23.695.0045.2.108
FISCAL: SAYHURI DA SILVA DUARTE (Titular)
MODAL.: DISPENSA, ART. 24, INC. II
CÓDIGO CidadES Contratações:
2022.067E0600009.10.0045

São Mateus/ES, 03/06/2022
ADRIANO NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Secretário Mun. de Turismo
Protocolo 864824

Sooretama

CONTRATO Nº 103/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Sooretama-ES
CONTRATADA: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
CPF: 930.547.697-04

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER O PROJETO "MULHERES NO ESPORTE".

VALOR GLOBAL: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 06 (Seis) meses
RECURSOS: Ficha 356
PROCESSO ADM: 3077/2022
ID CIDADES 2022.070E0700001.09.0029
Protocolo 864616

Na publicação realizada no dia 30/05/2022, sob o protocolo nº 859314:

ONDE LÊ-SE:

R\$ 1.575.250,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil reais);

LEIA-SE:

R\$ 1.575.250,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais).
Protocolo 864527

Venda Nova do Imigrante

AVISO DE RETIFICACAO
PREGÃO ELETRONICO N 000036/ 2022 WCompras
ID 187218
CÓDIGO CIDADES: 2022.072E0700001.02.0029

A Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES, com fulcro na Lei 8.666/93, torna pública a retificação do item 5.2 e exclusão dos itens 16.5, 16.6 e 16.7 do termo de referência. Acolhimento propostas a partir de 07/06/2022 às 08:00h, Abertura de propostas: 21/06/2022 às 08:00 min. Início da sessão de disputa: 21/06/2022 às 09:00h. Demais cláusulas permanecem inalteradas. Edital disponível em: www.vendanova.es.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br

Alexandra de Oliveira Vinco
Pregoeira
Protocolo 864197

Vila Pavão

RESUMO DO CONTRATO Nº 084/2022 PROCESSO Nº 000043/2022 ID CIDADES: 2022.074E0700001.01.0013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VILA PAVÃO/ES.
CONTRATADA: TASSINARI PREMOLDADOS LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de bloquetes e meio fio para calçamento e reparos em calçamento das ruas da Sede e dos Distritos do município.

VIGÊNCIA: 31/12/2022.
VALOR TOTAL: R\$ 225.540,00.
RECURSOS FINANCEIROS: Ficha 146 e 198.

Vila Pavão/ES, 02/06/2022.

Uelikson Boone
Prefeito Municipal
Protocolo 864058

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088 / 2017 PROCESSO: 002477/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VILA PAVÃO/ES.
CONTRATADA: KLOSS TRANSPORTES COLETIVOS EIRELI.

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 25%, no valor da Linha 07 do Item 4.2 da Cláusula Quarta do contrato firmado entre as partes, em 13/09/2017.

DO VALOR DO TERMO ADITIVO: R\$ 4.264,62.
DA DESPESA: Ficha - 229, 247, 250, 256, 275, 252, 281, 291, 316, 327, 330, 342, 360, 383 e 401.

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Vila Pavão/ES, 03/06/2022.

Uelikson Boone
Prefeito Municipal
Protocolo 864337

Câmaras

Linhares

RESOLUÇÃO Nº.003/2022

Institui e regulamenta o Programa de Estágio de Complementação Educacional no âmbito da Câmara Municipal de Linhares e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que o Legislativo Municipal aprovou em Sessão Ordinária, Projeto de

Vitória (ES), segunda-feira, 06 de Junho de 2022.

Resolução de autoria da Comissão Executiva, a saber:

Art. 1º Fica instituído e regulamentado no âmbito da Câmara Municipal de Linhares, o Programa de Estágio de Complementação Educacional - PECE, nos termos desta Resolução e da Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 2º O estágio deve atender às determinações das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico com o curso em que o aluno se encontra matriculado.

Art. 3º A realização do estágio nos órgãos da Câmara Municipal de Linhares/ES, observará, dentre outros, os seguintes requisitos:

- I - matrícula e frequência regular do estudante em curso de educação superior, de educação profissional e/ou de ensino médio;
- II - celebração de Termo de Compromisso entre o estudante, a Câmara Municipal, na qualidade de parte concedente do estágio, e a instituição de ensino;
- III - idade mínima igual ou superior a dezesseis anos do estudante;
- IV - ser residente no Município de Linhares; e
- V - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Art. 4º O número de estagiários na Câmara Municipal será definido pelo Presidente da Mesa Diretora dentro de cada exercício financeiro, em articulação com a Diretoria de Administração e Recursos Humanos, observada a dotação orçamentária e no limite de até 10 (dez) estagiários, ficando assegurado:

- I - às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio; e
- II - aos estudantes da rede pública de ensino o percentual de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

§1º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso I do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§2º Não sendo preenchidas completamente as vagas reservadas no inciso II do caput deste artigo por estudantes da rede pública, poderão as vagas remanescentes serem preenchidas por estudantes de escolas particulares.

Art. 5º Caberá a Diretoria de Administração e Recursos Humanos promover o recrutamento e seleção prévia dos estudantes para atuarem como estagiários, observadas as exigências contidas na presente Lei.

§ 1º A seleção dos estudantes para atuarem como estagiários deverá ser feita por meio de processo seletivo simplificado, cujas normas e regulamentos serão definidos pela Diretoria de Administração e Recursos Humanos.

§ 2º A Câmara Municipal pode recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, para atuarem no processo de seleção e aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico

apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Art. 6º A Câmara Municipal, ao oferecer vagas para estágio, deve observar as seguintes obrigações:

- I - celebrar Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III - indicar servidor do quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV - contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI - manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; e
- VII - enviar à instituição de ensino, semestralmente, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. A contratação de seguro contra acidentes pessoais para o caso de morte ou invalidez permanente, em nome do estagiário, é condição essencial para a celebração de contrato ou convênio, devendo constar do Termo de Compromisso o respectivo número de apólice e o nome da Seguradora.

Art. 7º O supervisor do estágio será o chefe da unidade em que o estagiário estiver desenvolvendo suas atividades, que controlará sua frequência mensal e a encaminhará à Diretoria de Administração e Recursos Humanos.

Art. 8º A jornada de atividade em estágio será de quatro horas diárias e vinte horas semanais, observado o horário de funcionamento da Câmara Municipal, desde que compatível com o horário escolar, devendo ser cumprida apenas no local indicado pela parte concedente.

§ 1º É vedada à realização de carga horária diária superior à prevista no caput deste artigo, sendo proibida a compensação de horário, salvo quando justificada e devidamente autorizada por escrito pela chefia imediata.

§ 2º É assegurado ao estagiário, nos períodos de avaliação de aprendizagem pelas instituições de ensino, carga horária reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso e mediante comprovação.

Art. 9º O valor da bolsa de estágio, equivalente à carga horária de vinte horas semanais, será equivalente a:

- a) 60% (sessenta por cento) do Nível I, Carreira A, da tabela salarial do plano de cargos e salários da Câmara Municipal de Linhares para os estudantes de nível superior;
- b) 40% (quarenta por cento) do Nível I, Carreira A, da tabela salarial do plano de cargos e salários da

Câmara Municipal de Linhares para os estudantes de nível médio.

Parágrafo único. Será considerada, para efeito de cálculo do pagamento da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de faltas não justificadas, salvo na hipótese de compensação de horário.

Art. 10. O estudante em estágio receberá auxílio-transporte na mesma forma e condições estabelecidas para os servidores da Câmara Municipal de Linhares através da Resolução nº. 002/2019, correspondente a duas tarifas do Sistema de Transporte Coletivo Municipal de Linhares por dia, proporcionalmente aos dias efetivamente estagiados.

§ 1º O pagamento do auxílio-transporte será efetuado no mês anterior ao de utilização do transporte coletivo.

§ 2º É vedado o desconto de qualquer valor para que o estagiário receba o auxílio-transporte.

Art. 11. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, sendo permitido seu parcelamento em até duas etapas, não podendo qualquer etapa ser inferior a 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, na hipótese de estágio inferior a 1 (um) ano.

Art. 12. Será exigido do estagiário a apresentação de exame médico que comprove a aptidão para a realização do estágio, não sendo necessário que o mesmo submeta-se à perícia médica oficial.

Art. 13. Ocorrerá o desligamento do estudante do estágio:

- I - automaticamente, ao término do estágio;
- II - a qualquer tempo no interesse e conveniência da Administração;
- III - depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no órgão ou entidade ou na instituição de ensino;
- IV - a pedido do estagiário;
- V - em decorrência do descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso;
- VI - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por trinta dias durante todo o período do estágio;
- VII - pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário; e
- VIII - por conduta incompatível com a exigida pela Administração.

Art. 14. A duração do estágio será de no mínimo 06 (seis) meses, obedecendo o período máximo 24 (vinte e quatro) meses, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência, que poderá estagiar até o término do curso na instituição de ensino a que pertença.

Art. 15. A realização do estágio curricular não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-se-á mediante Termo de

Compromisso celebrado entre o estudante e a Câmara Municipal, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino, no qual deverá constar, pelo menos:

- I - identificação do estagiário, do curso e o seu nível;
- II - qualificação e assinatura dos subscreventes;
- III - as condições do estágio;
- IV - indicação expressa de que o Termo de Compromisso decorre de contrato ou convênio;
- V - menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;
- VI - valor da bolsa mensal;
- VII - carga horária semanal de quatro horas diárias e vinte horas semanais compatível com o horário escolar;
- VIII - a duração do estágio, que será de no máximo 24 (vinte e quatro) meses obedecido o período mínimo de 06 (seis) meses;
- IX - obrigação de apresentar relatórios semestrais e final ao dirigente da unidade onde se realizar o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe forem cometidas;
- X - assinaturas do estagiário e responsável pelo órgão ou entidade e pela instituição de ensino;
- XI - condições de desligamento do estagiário;
- XII - menção do contrato ou convênio a que se vincula; e
- XIII - indicação precisa do professor orientador da área objeto de desenvolvimento, a quem caberá avaliar o desempenho do aluno.

Art. 16. Para a execução do disposto nesta Resolução, caberá à Diretoria de Administração e Recursos Humanos:

- I - articular com as instituições de ensino ou agentes de integração com a finalidade de oferecer as oportunidades de estágio;
- II - participar da elaboração dos contratos ou convênios a serem celebrados com as instituições de ensino ou agentes de integração;
- III - solicitar às instituições de ensino ou agentes de integração a indicação de estudantes que preencham os requisitos exigidos pelas oportunidades de estágio;
- IV - selecionar e receber os candidatos ao estágio;
- V - lavrar o Termo de Compromisso a ser assinado pelo estagiário e pela instituição de ensino ou agentes de integração;
- VI - conceder a bolsa de estágio e efetuar o pagamento, inclusive do auxílio-transporte, por intermédio do órgão competente.
- VII - receber, das unidades onde se realizar o estágio, os relatórios, avaliações e frequências do estagiário;
- VIII - receber e analisar as comunicações de desligamento de estagiários;
- IX - expedir o certificado de estágio;
- X - apresentar às instituições de ensino ou agentes de integração os estagiários desligados; e
- XI - dar amplo conhecimento das disposições contidas nesta Resolução aos órgãos do Legislativo, aos supervisores de estágio e aos próprios estagiários.

Art. 17. É vedada a concessão de auxílio-alimentação, bem como outros benefícios não previstos nesta Resolução diretos e indiretos aos estagiários.

Art. 18. Aplica-se no que couber, a Lei Federal nº. 11.788/2008, e as normas complementares que não contrariem a presente resolução, sendo que as questões omissas serão tratadas e resolvidas pela Diretoria Administrativa, com a anuência da Presidência.

Art. 19. As despesas com a presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº. 3.069 de 15 de junho de 2011.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e dois.

Roque Chile de Souza
Presidente

Protocolo 864480

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de Iúna

RESUMO DE ADITIVO

Nº 05 - Contrato nº 186/2020. Partes: Mun. Iúna X E Marques Borel Eireli. Objeto: contratação de empresa para execução da obra de reforma da Unidade de Saúde do Bairro do Pito. Valor suprimido: R\$875,66. A vigência do contrato passa a ser de 17/09/2020 a 17/09/2022. ID: 2020.037E0500001.01.0006.

ROMARIO BATISTA VIEIRA
PREFEITO

DURVAL D. SANTIAGO JUNIOR
SECRETARIA DE SAÚDE
Protocolo 864445

Fundo Municipal de Saúde de João Neiva

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2022

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: AC BENEZOLI ME

Objeto: contratação de empresa especializada em manutenção dos Conjuntos Odontológicos, Autoclaves, Compressores de ar e aparelhos médicos hospitalares, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
VIGÊNCIA: até 31/12/2022.
Valor: R\$ 16.782,00

João Neiva/ES, 03 de junho de 2022.
Dirceu Antônio Gripa
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Protocolo 864222

Fundo Municipal de Assistência Social de Mucurici

ERRATA

Na publicação do Diário Oficial dos Municípios do ES, de 26/05/2022, Edição nº 2.025, página 202 e Dio - Departamento de Imprensa Oficial do ES, de 26/05/2022, Protocolo 857765, página 12.

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
Dispensa de Licitação nº 002/2022

A Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal no 14.133/21, amparado no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica, resolve:

01 - Autorizar a contratação nos seguintes termos: Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal no 14.133/21.

Objetivo: Aquisição de telhas de fibrocimento ondulada 4MMX50CMX2,44 M, em atendimento aos munícipes atingidos pelo vendaval e chuva de granizo.

Empresa vencedora: PREDIAL MADEIRAS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.974.205/0001-80.

Valor total da despesa: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil).

Por fim, que seja publicado o Ato que autoriza a contratação.

Mucurici/ES, 25 de maio de 2022.

Dalyane da Silva Moreira Costa
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Onde se lê: Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal no 14.133/21.

Leia-se: Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso VII da Lei Federal no 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3.501/2022.

Protocolo 864565

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Baixo Guandu

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
"SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE
BAIXO GUANDU-ES

Processo Administrativo de Licitação nº. 080/2022. Tomada de Preço nº. 01/2022. Contratante: SAAE de Baixo Guandu-ES; Contratada: ANCORP ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA - CNPJ nº. 45.970.856/0001-28; Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia química no âmbito laboratorial para atendimento das demandas no Serviço de Água e Esgoto de Baixo Guandu-ES. Vigência: 06/06/2022 a 31/12/2022. Valor global: R\$ 47.833,33. Assinatura do contrato: 03/06/2022. Baixo Guandu-ES, 03 de junho de 2022."

Protocolo 864285